

CORPOS NEGROS NO CHÃO X CORPOS NEGROS NO TRONO: ESPAÇOS DE PODER E OS NEGROS NO BRASIL

Lousana de Jesus Santana

Marcelo Máximo Purificação

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres

Resumo: O presente artigo traz a discussão sobre a relação entre negritude e espaços de poder na sociedade, uma vez que existem aspectos visíveis e invisíveis dessa relação em todos os âmbitos imagináveis das relações sociais, tendo como problema a criação histórica e social de uma divisão que tem como premissa as vertentes de raça. Trata-se de atividade solicitada para integralização de nota no componente curricular Dinâmicas de Grupo e Liderança, do programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social.

Palavras-chave: Espaços de poder; Negritude; Raça; Relações sociais.

Abstract: This article discusses the relationship between blackness and spaces of power in society, since there are visible and invisible aspects of this relationship in all imaginable areas of social relations, having as a problem the historical and social creation of a division. which is premised on the strands of race. This is an activity requested for the payment of grade in the curriculum component Group Dynamics and Leadership of the Professional Master program in Educational and Social Intervention.

Keywords: Spaces of power; Blackness; Breed; Social relationships.

Introdução

Este artigo foi produzido a partir das reflexões feitas com base na leitura e discussão dos textos propostos no componente curricular Dinâmica de Grupo e Liderança do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social na Universidade do Estado da Bahia- campus XI.

No presente artigo foi problematizada a relação entre espaços de poder e o negro no Brasil, fazendo uma abordagem histórica da trajetória do negro em espaços de poder

ou a falta da presença do mesmo nestes espaços, trazendo à tona as teias construídas ao longo da história do Brasil que legitima a existência do “lugar do negro”.

A construção nacional da ideia de um bom preto, desde a independência do Brasil e a “venda” da imagem de uma suposta democracia racial manteve os privilégios e a supremacia da “raça” branca sobre a negra atrelando a imagem de poder/liderança à primeira e a de subordinação à segunda.

Os processos de internalização do sentimento de subordinação são muito bem articulados pelas estruturas de poder vigentes, internalização importante para a manutenção de poder da camada dominante que existe no Brasil e que, para isso, lança mão de estratégias de manutenção de poder através da máquina estatal.

Como tópicos deste artigo teremos: o que é poder? Trazendo uma conceituação sobre esse termo; a construção da imagem do negro no Brasil, que visa a construção da ideia do “lugar do negro”; mecanismos usados para a discriminação negativa do negro ao longo do tempo, que explica como o Estado utiliza sua máquina para o boicote da ascensão e participação de forma igualitária do negro na sociedade.

O que é poder?

Atualmente muito tem se ouvido nas ruas e em espaços de militância negra acerca dos espaços de poder. As seguintes frases ressoam por todo o momento: “não há negros em espaços de poder” e “os negros precisam conquistar os espaços de poder”. Diante dessas assertivas, nasce o questionamento que dá nome a esse tópico e que vai além: será que é tão fácil assim a conquista dos espaços de poder pelo povo negro?

Para o entendimento do conceito de poder, primeiro passearemos pelo conceito de grupos, que é base para o exercício do poder, coisa que percebemos logo adiante. Os estudos acerca do tema surgem na área da psicologia com a junção da psicologia individual, psicologia social e outras disciplinas, sendo que, sobre o conceito de grupo

Geralmente se pensa em grupo como um conjunto de pessoas ou objetos reunidos, como está explicado no dicionário Aurélio. Porém, não significa apenas a junção de pessoas que compõem um grupo, mas sim os seus objetivos comuns, o mesmo comportamento e atitudes. Osório (2003) salienta que é justamente a capacidade de reconhecer as singularidades, a meta comum e ação interativa entre indivíduos que formam um sistema humano ou um grupo. (MORE e RIBEIRO, 2010, p.11)

O grupo é a base primordial na vida humana, visto que o ser humano é naturalmente um ser gregário, nascendo e passando por vários grupos durante toda a vida. O grupo exerce grande importância na construção interpessoal e subjetiva de cada indivíduo e de seu grupo fazendo um jogo dialético entre o eu e o(s) outro (s) , seja para identificação ou diferenciação.

Partindo da premissa de que somos seres genuinamente gregários entra a questão de poder e de como essa relação de poder se estabelece nas relações grupais.

Martins (2003) traz a perspectiva de Martín Baró (1989) apontando para o fato de que o grupo é fruto de um contexto social, cultural, histórico e político.

O significado da existência e da ação grupal só pode ser encontrado dentro de uma perspectiva histórica que considere a sua inserção na sociedade, com suas determinações econômicas, institucionais e ideológicas (LANE *apud* MARTINS, p.3, 2003)

Os grupos são representações sociais, ou seja, o contexto fora do grupo influenciam no âmbito grupal, o contexto social externo reverbera nas relações internas e também na relação com os outros grupos. Assim, as relações intergrupais são chamadas de poder.

Ainda em Martín Baró, poder se define como:

[...] baseado na posse diferencial de recursos, permitindo que alguns realizem seus interesses, pessoais ou de classe, e os imponha a outros. O poder não é um objeto abstrato. Trata-se de “uma qualidade de alguém, pessoa ou grupo, na relação com outras pessoas ou grupos. [...] O poder constitui, por conseguinte, um fenômeno social, não meramente individual (MARTÍN-BARÓ *apud* MARTINS, 2003, p.14)

Diante da definição vê-se que o poder está diretamente atrelado à questão do acúmulo de recurso durante um período histórico (que pode ser econômico, cultural ou até dos tentáculos do Estado).

Construção da imagem do negro no Brasil

No tópico anterior foi abordada a relação de construção de grupo relacionado ao poder de um grupo sobre outros, sendo que o poder está presente em todas as relações sociais e intrinsecamente ligado ao acúmulo de recursos em todos os sentidos da vida social.

Neste tópico será abordada a construção da imagem da população negra no Brasil e a relação dessa imagem com questões de poder. A história do negro no país começa com o processo de escravização, que teve um papel primordial na economia e na construção do que hoje é Brasil.

Na escravidão, o africano ocupava lugar central no processo produtivo. As relações econômicas de grande e médio porte, internas e com outros países, dependiam da força de trabalho escravo para se desenvolver. Por mais de três séculos (PINSKY, 2000), o escravo foi considerado uma mercadoria no Brasil. Ele podia servir de moeda de troca e, ao mesmo tempo, era a principal força motriz do sistema econômico. De acordo com Santos (2009), o total de africanos desembarcados no Brasil na época da escravidão oscilou entre 3,5 milhões e 4 milhões de escravos. (PINTO, M. C.C. FERREIR. F.F. 2004, p.2)

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. ISSN 2594-8806

Para o processo de inferiorização de um povo sobre outro se justificar, foi alicerçado em construtos de naturalização das leis sociais; no caso do Brasil, tais leis sociais são construídas favorecendo um recorte social ou uma parte da população que desde sempre teve acesso a cotas não declaradas de 100% das oportunidades na educação, de saúde, de ingresso no mercado de trabalho e em todos os outros âmbitos sociais.

A partir desses privilégios conservados de forma não declarada, está a questão da construção identitária da população negra, tendo como base as referências grupais pré-estabelecidas por séculos. A identidade se caracteriza mediante trocas entre o indivíduo e seus grupos imediatos

Tanto o indivíduo quanto suas concepções de realidade são construídas nas relações interpessoais. Essas inter-relações são mediadas por crenças, padrões, práticas e normas de uma sociedade e esta, por sua vez, em parte, é construída por esse mesmo indivíduo dela participante, em um processo contínuo e dinâmico de mútua construção, cuja direção não é casual, mas determinada pelo somatório das ações políticas de todos os indivíduos que a constroem. (FERREIRA, 2004, p.44)

A partir da fala de Ferreira (2004) e também a partir de tudo que já foi exposto, entende-se que a troca de referências e construção da identidade da negritude do afro-brasileiro foi balizada por uma cultura hegemônica branca que se identifica com a cultura europeia e se autoconstrói enquanto colonizador de forma explícita ou implícita. Assim, para a manutenção desse poder é necessária a atribuição de valor negativo a tudo que vier de outra “raça” que não a sua.

A visão deformada de tais qualidades, criada pelo europeu colonizador, que veio legitimar historicamente a dominação e o genocídio, direto ou indireto, dos indivíduos considerados “diferentes”, não-brancos, determina dificuldades para o desenvolvimento da identidade dos brasileiros afrodescendentes, além de efeitos nocivos nos relacionamentos pessoais, por terem suas construções simbólicas articuladas em torno de referências de identidade associadas a inferioridade e a outros valores socialmente vistos como negativos.(FERREIRA, 2004, p. 47)

Racismo institucional e espaços de poder

O racismo institucional caracteriza-se pela oferta desigual de serviços a determinados grupos por parte de instituições. No Brasil, as práticas racistas são intrínsecas à construção do Estado, visto que após a abolição da escravidão, que se deu em 13 de maio de 1888, houve o que se visualizou como a primeira ação estatal para a segregação da população negra, outrora escravizada.

Para uma política de branqueamento da população, que naquele momento se caracterizava pela maioria de pessoas oriundas do continente africano através do tráfico dos corpos negros para a economia escravistas que construiu o país, ocorreu uma política de facilitação de migração de povos brancos.

A população negra, por sua vez, foi “libertada” sem nenhuma forma de política pública por parte do Estado para uma possível inserção na sociedade que garantisse direitos básicos à sua subsistência nessa nova fase. Como resultado a essas ações estatais, a população negra se viu empurrada para subempregos e a servidão em troca de comida e viu também seus corpos serem discriminados negativamente ao longo da história até desembocar na atual conjuntura. Hoje, a grande maioria das relações institucionais estão alicerçadas em uma base de construção racista. Diante disto Morais (2013, p.23) destaca:

Desta maneira, percebe-se que não só a escravidão foi a responsável pelo tratamento desigual sofrido até os dias de hoje pelos negros e pardos brasileiros: a presença do Estado na configuração do mercado de trabalho no pós-abolição – o incentivo à participação branca e à ausência de qualquer política pública voltada aos negros – são outros importantes fatores a serem levados em consideração. Essa ausência não é percebida apenas no mercado de trabalho, mas em áreas como habitação, saúde e educação (adicionamos ainda segurança, lazer, cultura e mesmo os meios de comunicação).

RECH- Revista Ensino de Ciências e Humanidades – Cidadania, Diversidade e Bem Estar. **ISSN 2594-8806**

Toda esta construção da nação brasileira aponta, atualmente, para o que a militância negra tanto questiona acerca dos espaços de poder e a não presença desta população étnico-racial neles. Algumas medidas (ações afirmativas) vêm sendo tomadas no âmbito de políticas públicas voltadas para a minimização do peso da mão do estado brasileiro quando se refere à marginalização de grupos historicamente excluídos como pode-se notar no quadro abaixo:

Lei	Descrição
Constituição de 1988	Reconhece o direito à diferença de tratamento legal para grupos discriminados negativamente
Lei nº 8.112/90	Cotas de até 20% para pessoas com deficiências no serviço público civil da União
Lei nº 8.213/91	Cotas para os portadores de deficiência no setor privado
Lei nº 8.666/93	Inexigibilidade de licitação para contratação de associações filantrópicas que atendem pessoas com deficiência
Lei nº 9.504/97	Prevê cotas para mulheres nas candidaturas partidárias

Tabela elaborada pelos autores com base em SAMPAIO, R. B. 2013, p.30

Diante a implementação de ações afirmativas anteriormente mencionadas, pode-se notar que o assunto não é novo no país e também não é algo exclusivamente ligado à população negra. Voltada para a população negra, houve algumas tentativas de implementação de leis que garantissem direitos triviais à base de uma vida digna, como emprego e educação.

Tais tentativas foram barradas diante uma sociedade com base de formação racista; entre essas tentativas de implementação de ações afirmativas está a iniciativa do

Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho em implementar uma lei que garantisse que empresas privadas tivessem um número de 20%, 15% ou 10% de empregados negros a depender da quantidade total de funcionários.

Outra iniciativa barrada foi o Projeto de Lei no 1.332/83 que tinha como objetivo:

[...] a reserva de 20% de vagas para mulheres negras e 20% para homens negros na seleção de candidatos ao serviço público; bolsas de estudos; incentivos às empresas do setor privado para a eliminação da prática da discriminação racial; incorporação da imagem positiva da família afro-brasileira ao sistema de ensino e à literatura didática e paradidática, bem como introdução da história das civilizações africanas e do africano no Brasil. (Moehlecke, 2002 *apudi* SAMPAIO, 2013, p.31)

As tentativas acima citadas, entre tantas outras, revelam a dificuldade que o poder público e a sociedade brasileira têm em reconhecer e buscar reparar injustiças históricas praticadas contra a população negra, escravizada e privada de uma equiparação política, econômica e cultural. A partir dos anos 90 a questão das cotas toma forças com objetivo de diminuir as desigualdades entre a população brasileira:

1995	Fica estabelecido que os partidos políticos tenham ao menos 30% de mulheres em suas candidaturas.
1996	A Secretaria de Direitos Humanos, criada naquele ano, lança o Programa Nacional dos Direitos Humanos (pndh), no qual um dos focos são as ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.
1996	Seminário <i>Multiculturalismo e racismo: o papel da ação afirmativa nos estados democráticos contemporâneos</i> . [...] quando um governo brasileiro admitiu discutir políticas públicas específicas para a ascensão dos negros no Brasil

Tabela elaborada pelos autores com base em SAMPAIO, R. B. 2013, p.32

A partir dos anos 2000 é que a questão das cotas ganha maior dimensão e maior abertura para sua implementação no setor privado e no setor público, mas o assunto ganha maior repercussão com as cotas étnico-raciais nas universidades públicas levantando assim um debate dentro da sociedade entre os favoráveis e os contrários à medida.

As críticas mais virulentas referem-se mais especificamente às cotas para negros nas universidades públicas, tema que parece ter gerado mais debate neste período, especialmente porque em curto prazo pode gerar alteração no perfil racial dos lugares de poder e mando e também por ter sido mais amplamente divulgado pela mídia (BENTO, 2005, p. 167)

Diante dos debates emplacados na época e que duram até hoje, a pergunta que se faz é se seria necessária a problematização também do ser branco no Brasil, o que é a branquitude brasileira e porque ela se incomoda tanto com a possibilidade de uma reparação das desigualdades entre negros e brancos? Ou, ainda, por que só as cotas raciais são questionadas?

Estas questões acima colocadas se traduzem em nome de uma movimentação das estruturas, do medo de que a ralé ocupe o espaço que é seu por direito, que existam agora cotas declaradas para negros diante dos 100% de cotas que sempre existiram para os brancos em todos os âmbitos sociais.

“Nós quer ser dono do circo; cansamos da vida de palhaço”: negritude e espaços de liderança

O título desta seção faz menção a uma música interpretada por Emicida¹, no clipe da música “Boa esperança”. O rapper retrata a tomada dos espaços de poder de negros empregados de uma mansão, fazendo menção na letra a todo o histórico de marginalização do povo negro no Brasil.

¹ Seria interessante dizer quem é, quando nasceu. Pequena biografia.

Durante o clipe é vista uma estrutura formada e rígida de poder onde quem está no comando, ou no topo da pirâmide social, são pessoas brancas e todos os empregados (subalternos) são negros. Diante da situação, surge o questionamento: como são concebidas as lideranças nos espaços institucionais?

Ao nascermos já estamos inseridos em um grupo familiar que, por sua vez, está inserida em um grupo maior que a influência com suas regras sociais e influencia também a formação da identidade de cada indivíduo que a integra:

A relação do indivíduo com os grupos faz parte do cotidiano de toda sua vida, o interjogo entre a identidade individual e a identidade grupal compõe uma dialética formadora do sujeito. Desde seu nascimento e ao longo de seu desenvolvimento, o ser humano está inserido e interagindo em distintos grupos – família, escola, trabalho, amigos. (ZIMERMAN; OSÓRIO apud MORE e RIBEIRO. 2010 p.11)

“O asfalto pra lá” historicamente constrói as regras do jogo que todos devem seguir, ou seja, determina os lugares que cada pessoa deve ocupar. A manutenção dos espaços de liderança para a classe dominante garante a manutenção de um sistema de poder e internaliza nos dominados o sentimento de inferioridade sendo este sentimento reverberado na realização de atividades na trama social.

O indivíduo, ao aceitar participar de um grupo, participa de uma troca de saberes e assume uma identidade voltada ao grupo; neste jogo de “intercâmbio de identidades” entre o indivíduo e o grupo ou o sujeito incorpora tais regras ou é deixado à margem, ou seja, “[...]que tem tendência de se juntar e temporariamente perder as características individuais para assumir uma coesão de grupo.” (ZIMERMAN; OSÓRIO apud MORE e RIBEIRO. 2010 p.11) Diante do abandono temporário de si, o indivíduo assume regras, na maioria das vezes, pré estabelecidas.

Também pode ser pelo grupo que a saída para a quebra de pensamentos e atitude de dominação e exploração do homem sobre o homem, o grupo também é espaço de *práxis* transgressora da ordem posta buscando transformação por meio de atividades

coletiva que possibilite a tomada de consciência coletiva e instrumentação para formas de luta contra o poder hegemônico de alguns.

É no campo grupal que circulam as ansiedades, os papéis, as identificações, onde se constrói uma galeria de espelhos que possibilita aos integrantes um espaço de troca. No grupo, faz-se um recorte do macrossocial, trazendo para dentro dele a possibilidade de perceber diferente o contexto no qual se está inserido, o que auxilia na superação de dificuldades. (ZIMERMAN; OSÓRIO *apud* CARMEN L. O. O. MORE, CARLA RIBEIRO. 2010 p.19)

Sabendo que é difícil achar as brechas de um sistema construído para reagir e acessar os espaços de poder de forma igualitária, se faz necessário entender as tramas e as pontas soltas da trama para a partir dessas pontas e entendimentos de conjuntura reagir. uma das vertentes desta trama será abordada na próxima sessão, a relação raça/classe.

Conclusão

Diante do exposto, vemos as relações de poder intergrupais diretamente relacionadas à construção da figura do negro dentro da sociedade, visto que quem detém o poder se articula de formas diversas para mantê-lo pelo maior tempo possível.

A construção de políticas públicas para a população negra no Brasil sempre enfrentou obstáculos que dificultam a ascensão desta população aos espaços de poder, utilizando como principal estratégia a construção da imagem social do ser negro como algo negativo.

A partir desta construção histórica e social do ser negro a construção identitária do indivíduo é também negativa, o que se constitui em um mecanismo de dominação que acaba por legitimar e perpetuar o sistema social já posto como natural, visto que um disfarce perfeito para a dissimulação das cotas de 100% para a branquitude são as pequenas exceções que têm a função de que tudo na sociedade é resolvido através do

mérito, quando na verdade a população negra foi excluída dos processos de disputa e construção dos espaços de poder desde a base de construção do país.

Referências bibliográficas

BENTO, A. S. **Branquitude e poder** - A questão das cotas para negros. in SANTOS, S. A. (Org.). Ações afirmativas e combate ao racismo institucional. Brasília: Ministério da Educação, 2005.

FERREIRA. R.F. **Afro descendentes: identidade em construção**. São Paulo: Pollas, 2004, p. 188

MARINS, S. T. F. **Processo grupal e a questão do poder em Martim-Baró**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v15n1/v15n1a11.pdf>>. Acesso em: 30 de jul. de 2019.

MORE, Carmen L. O. O. , RIBEIRO Ribeiro. **Trabalhando com Grupos na Estratégia Saúde da Família**. Disponível em: <file:///C:/Users/Unep/Downloads/MOD%2013.pdf>. Acesso em: 15 de jun. de 2019

PINTO, M. C.C. FERREIR. F.F. **Relações Raciais no Brasil e a Construção da Identidade da pessoa negra**. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/11.pdf>>. Acesso em: 07 de ago. de 2019

SAMPAIO, R. B. **No país do racismo institucional : dez anos de ações do GT Racismo no MPPE**. Disponível em: <<https://www.mppe.mp.br/mppe/images/Livro10web.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. 2019.

Recebido: 30/9/2019. Aceito: 13/11/2019.

Sobre os autores e contato:

Lousana de Jesus Santana - Graduada em Pedagogia Licenciatura Plena pelo Departamento de Educação do Campus XV da Universidade do Estado da Bahia. Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES) Linha 2: Novas formas de subjetivação e organização comunitária, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação (DEDC) do Campus XI - Serrinha-Ba.

E-mail: lousanasantana@gmail.com

Marcelo Máximo Purificação - Pós-Doutor em Educação pela Universidade de Coimbra – UC/Pt. Doutor em Ciências da Religião pela PUC-Goiás. Professor Titular na Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior – FIMES. Professor permanente do Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social (MPIES), Departamento de Educação (DEDC) do Campus XI – Serrinha – Ba.

E-mail: maximo@unifimes.edu.br

Claudia Regina de Oliveira Vaz Torres- Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2010), Mestra em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2004), graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (1992) e graduada em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador (1988). Atualmente Professora adjunta da Universidade Salvador do Mestrado em Direito, Governança e Políticas Públicas. Professora do Programa de Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social-MPIES, do Departamento de Educação - Campus XI - Serrinha/BA.

E-mail: vaztorres@gmail.com